

Moeda e Construção Europeia: Uma abordagem identitária

Maria João Silveirinha¹

1. Introdução

A emergência de uma democracia Europeia supranacional depende da formação de um *demós* europeu entendido como uma formação colectiva que não substitui a identidade nacional por uma europeia, mas que permite a coexistência das identidades nacional e Europeia (Risse, 2003). Através dela, os cidadãos de diferentes Estados-nação podem vir a considerar-se Europeus, participando num projecto único como membros de uma só comunidade. Esta comunidade está a ser construída a diferentes níveis – sobretudo normativos, políticos e económicos – e depende de como os processos e acontecimentos que moldam a construção da União Europeia são construídos não apenas pelos decisores mas também pelas representações desses acontecimentos.

Neste texto exploramos como a moeda europeia pode ser pensado em termos de identidade colectiva. Começamos, assim, por explorar os significados do dinheiro em termos da sua construção histórica, pelas suas ligações sociais e políticas e pelas formas como pode ser relacionado a questões de identidade colectiva. O dinheiro, na nossa perspectiva, não é puramente funcional, servindo fins materiais. É também uma entidade simbólica, que se torna inteligível porque é construído dentro de certas práticas simbólicas. Neste sentido, é semelhante a uma linguagem: é um meio através do qual o significado é criado. Destas considerações nascem um conjunto de interrogações que procuraremos explorar: Qual a relação entre a transformação da moeda e a reconfiguração das identidades colectivas? Comunicamos um sentido de pertença política pelo facto de usarmos a mesma moeda ou é o dinheiro um meio puramente funcional? Até que ponto podemos relacionar o euro com a identidade europeia? Com estas respostas pretendemos uma melhor aproximação às relações entre

diferentes formas de comunicação e identidade.

2. A moeda como elemento de territorialização do Estado-Nação

Uma das questões mais imediatas que o lançamento da nova moeda coloca é a nova etapa que parece inaugurar: o lançamento do Euro derrubou as moedas nacionais e territoriais. Outras mudanças, noutras partes do mundo, também operaram fenómenos semelhantes: a substituição das moedas nacionais por dólares em muitas regiões pobres do mundo e, num plano diferente, a emergência de moedas electrónicas, são exemplos de um mesmo desafio às moedas territoriais.

Como o economista Eric Helleiner tem argumentado, a criação de moedas nacionais fez parte de um processo mais vasto de formação dos Estados nacionais (Helleiner, 2003). Estandardizar a moeda nacional foi, ao longo da história, uma forma de estabelecer um elemento forte de identidade política. Em geral, isso foi conseguido por uma eliminação dos padrões sub-nacionais e pela estandardização das moedas, um processo que normalmente ocorreu no século XIX. Esta foi a era de formação e consolidação de muitos Estados nacionais, bem como a era da emergência do capitalismo industrial. Foi também um tempo em que, por razões económicas e políticas, a maioria dos governantes tiveram por principal preocupação o controle do fabrico do dinheiro e a necessidade de combater as falsificações e de evitar o colapso económico.

Ao considerar a posição portuguesa nesta matéria, será útil a periodização da história monetária de Portugal, de Nuno Valério. O autor estabelece o início de um sistema monetário português na época medieval cristã ocidental, entre os séculos XIII e XV. Nos séculos da expansão e comércio atlânticos,

entre os séculos XV e XVIII encontra em Portugal um sistema monetário bimetalista geralmente estável. Quando Portugal conhece a participação na economia mundial contemporânea, na primeira metade do século XIX, desencadeiam-se vicissitudes monetárias, a que se seguiu entre 1854 e 1891, a vigência do padrão ouro e desde finais do século XIX um sistema de moeda convencional (Valério, 1991).

Destes períodos, vale a pena recordar que, à data da formação de Portugal, e mesmo na primeira dinastia real portuguesa, o dinheiro era comum a quase todos os reinos peninsulares, cristãos e muçulmanos: tratava-se do dinheiro dos Almorávidas – tendo a sua origem em *al-Murabitun* -, conhecido em Portugal como *morabitino* ou dinar de ouro muçulmano, que vigorou também em Portugal. O Morabitino deixou de ser produzido com D. Afonso III, que cunhou apenas dinheiros de bolhão, mas em grande quantidade. Entrava-se então num regime bimetalista de ouro e prata. Depois surgiriam muitas outras moedas tendo reinado, durante muitos anos, portanto, alguma confusão na circulação das moedas, tendo o ano de 1854 sido aquele em que o *real* foi definido como unidade monetária portuguesa. Esta, passa a ser definida exclusivamente em termos de ouro, ainda que isso nunca tenha plenamente acontecido. Até 1891-92 circulavam em Portugal vários tipos de moedas: novas e antigas portuguesas, libras inglesas e, em alguns períodos, os dobrões espanhóis, alguns francos e mesmo moedas americanas e espanholas, uma situação preocupante para o Governo provisório formado aquando da implantação da República, para quem era fundamental restaurar o padrão-ouro. Um decreto com força de Lei de 22 de Maio de 1911 fez substituir o *Real* pelo *Escudo* que, como todas as outras moedas, sofreria momentos difíceis e também de estabilidade.

O Escudo que pereceu com o Euro, não era, pois, tão antigo quanto emocionalmente o pudéssemos imaginar e, quando a sua história é comparada com a de outras moedas, mostra-se como não há trajectórias necessárias na construção monetária: «o dinheiro nacional não tem uma qualidade intrínseca. É meramente o produto de um período histórico específico em que a escala e o

alcance espacial das forças de produção, transacções de mercado e relações sociais corresponderam favoravelmente à dimensão dos estados nacionais» (Kaelberer, 2002:3). Ora, no actual momento em que o Estado nacional está a sofrer mutações, também a moeda muda. Por isso vale a pena considerar as relações entre estas mudanças ao nível supra-nacional.

3. A construção da União Monetária Europeia como processo identitário

À Europa corresponde um longo processo de história política e intelectual, no seio da qual, por entre guerras e disputas sangrentas, se foi simultaneamente desenvolvendo uma longa linha de pensamento integracionista na base dos compromissos da soberania nacional, numa combinação de valores, tradições e comportamentos comuns. Com efeito, muito antes do Tratado de Maastricht e do Euro, já existia um poderoso pensamento integracionista Europeu: por exemplo, Saint Pierre falava, no início do século XIX de um “Senado Europeu”. A ideia de Europa encontra a sua expressão sobretudo em pensadores políticos como William Penn que propôs um parlamento Europeu (“Sovereign Paneuropean Assembly” ou “Diet”) que estaria aberto também à Turquia e à Rússia para resolução de conflitos; Jeremy Bentham propôs uma assembleia Europeia e um exército comum; Kant desenvolveu estas ideias em nome da paz; Jean-Jacques Rousseau, pelo seu lado, defendeu uma federação Europeia falando de uma “société des peuples de l’ Europe”; e Claude-Henri Saint-Simon falou da necessidade de uma Europa federal com instituições comuns (McCormick, 2002: 34).

A moeda como factor de união europeia tem também os seus percursos integracionistas. Victor Hugo anteviu uma moeda única Europeia, propondo, num discurso para o aniversário da revolução francesa de 1848, «uma moeda continental, de base metálica e fiduciária, tendo por ponto de apoio todo o capital Europeu e por motor de actividade livre 200 milhões de pessoas» (Hugo, 1855). O escritor acrescentava que esta nova moeda «absorveria e substituiria todas as absurdas variedades monetárias de

hoje, esfinges de príncipes, figuras de miséria, variedades que são causas de empobrecimento, porque no vai-e-vem monetário, multiplicar a variedade é multiplicar a fricção; multiplicar a fricção significa diminuir a circulação. Em questões monetárias, como em qualquer outro sector, o movimento significa a unidade» (*idem*). Também Portugal teve os seus pensadores integracionistas, Carlos Morato Roma propôs uma combinação das diferentes moedas nacionais através da criação de uma “moeda europeia” em dinheiro (Cardoso, 2004).

A França, em 1865, criaria, com a Bélgica, Itália, Suíça e mais tarde a Grécia, a *Union Monétaire Latine*, ou União Latina – abandonada em 1927 -, uma convenção monetária pela qual estes países concordavam em regular as suas moedas de forma uniforme. Também a União Monetária Escandinava, entre a Suécia e a Dinamarca e, mais tarde, a Noruega, pedia a todos os países que produzissem moedas com a mesma espessura, mantendo a imagética diferente em cada uma delas (Helleiner, 2003: 134-135).

Foi, no entanto, no século XX que se desenharia de forma decisiva a face da Europa, experienciando-se, na segunda metade desse mesmo século, um desejo de reconciliação política que teve os seus avanços e retrocessos. O Tratado de Roma, de 1957, criando os antecedentes da União Europeia, ainda que não especificasse exactamente a união monetária, realçava a necessidade de estabelecer uma coordenação de políticas e de abolir as restrições ao movimento de capital. Nos anos de 1960, o fim do sistema Bretton Woods que procurara estabilizar e tornar previsíveis as taxas de câmbio, tornara clara a necessidade de controlar as moedas flutuantes na Europa, e o antigo primeiro-ministro e ministro das finanças do Luxemburgo, Pierre Werner, estabelecia um processo de fases múltiplas para a união monetária e económica (Tietmeyer, 2003). Em 1994, era criado o Instituto Monetário Europeu, tornando-se, no mesmo ano, no Banco Central Europeu.

Dá em diante, a Europa passou a ser considerada mais do que um mercado. Mas não é claro o que este “mais” significa, pois tem sido evocado com sentidos diferentes. Muitos desses sentidos, no entanto, apontam

de alguma forma para a possibilidade de construir uma identidade comum. No que se segue, começamos com a ideia de que a identidade se constitui como um processo múltiplo de pertença e de distinção, ou como um processo de articulação de formas de identificação com os outros e consigo próprio, através de diferentes formações sociais e políticas. Isso permite um sentido de inclusividade, num “nós” ancorado em atributos reais ou imaginários, bem como em experiências de vida abrangentes à colectividade e que a definem por contraposição a um “eles”.

Por outro lado, a identidade cultural pressupõe um conjunto de memórias ou um sentido de continuidade de pertença a uma comunidade. Por isso, falar de “identidade europeia” ou de um sentimento comum de pertença à Europa, é estabelecer uma ligação complexa e mesmo paradoxal. Na verdade, como diz Philip Schlesinger, «construir um Europeísmo [Europeanness] é especialmente difícil porque ele tem de emergir de uma longa história de identidades colectivas altamente conflituosas centradas nos numerosos Estados-nação do continente» (Schlesinger, 1997: 68). A Europa é, efectivamente, constituída por uma diversidade de povos e comunidades cujos pontos de referência relativos a valores, significados e identidades se sobrepõem, sem dispor de princípios unificadores claros, ainda que se possa reger por ideias que serão mais ocidentais do que propriamente europeias. É por isso que precisamos de entender melhor a articulação das identidades nacionais com uma identidade supra-nacional: serão essas identidades “aninhadas” umas nas outras, transversais umas às outras, ou múltiplas, inseparáveis, no “bolo de mármore” de que fala Thomas Risse? (Risse, 2002: 5)

A literatura que procura esclarecer uma ideia de identidade europeia é já vasta (Smith, 1992, Delanty, 1995, 1998, 2002, Risse, 1999, 2002), e em geral, procura saber como definir essa identidade de uma forma que não a reduza a valores mínimos nem tão-pouco a torne “espessa” no sentido da exclusividade das práticas de vida europeias (Delanty, 2002). Entre estes dois pólos identitários têm sido construídos diversos modelos, como o universalismo moral, o universalismo pós-

nacional, o particularismo cultural, o pragmatismo e o cosmopolitismo (Delanty, 2002). O modelo cosmopolita que Delanty defende - que apela, de uma forma hermenêutica à herança cosmopolita da Europa, não como expressão de uma cultura partilhada, mas como o reconhecimento da diferença - parece adequado à “Eurolândia”: também esta se constitui como amálgama de sistemas económicos nacionais e regionais com diferentes histórias e comportamentos económicos em termos de níveis de inflação, de taxas de crescimento e de desemprego, mas concorrendo, pelo menos no plano dos objectivos, à partilha de uma mesma forma de vida. O cosmopolitismo refere novas formas de vida moderna e nelas o dinheiro desempenha um papel importante, como abaixo veremos. No entanto, cremos que só o universalismo pós-nacional, em última análise, permitirá fazer a verdadeira união política subjacente à unidade monetária europeia. Como argumenta Jürgen Habermas (1979), os sistemas políticos democráticos das sociedades capitalistas baseiam-se na legitimação popular na esfera cultural, independentemente do seu nível de comportamento no domínio da produção económica. A moeda que dá substância à “Eurolândia” é, na verdade, parte de um projecto político de integração mais vasto e, nesse sentido, é também símbolo identitário de uma maior integração política. Por isso, como argumenta Thomas Risse, o Euro tem a ver com políticas de identidade e com visões políticas da Europa (Risse, 2002).

4. Entre a União Económica e a União Política

Os apoiantes mais decididos do projecto europeu partilham uma visão comum da Europa, ainda que esta não signifique o mesmo para os diferentes cidadãos nacionais. Relativamente ao nosso país, os estudos empíricos dão a ver uma identificação reduzida com a Europa: 51% dos portugueses vê-se apenas “como portugueses”, privilegiando, na relação com aquela, sobretudo questões como a segurança económica e não, por exemplo, as questões culturais (Eurobarómetro, 2003). Mas o que significa “apenas portugueses”? Relativamente à nos-

sa identidade colectiva diz Manuel Villaverde Cabral que «quando a identidade nacional não é activada do exterior e o sentimento de pertença é referido à experiência quotidiana das pessoas, o que vem ao de cima é uma clivagem (...) segundo a qual a identidade nacional é um atributo das elites - entre múltiplos localismos e a identificação espontânea com a Nação» (Villaverde Cabral, 2003: 526-527). O pensamento que este autor desenvolve para a compreensão das identidades nacionais é simultaneamente muito esclarecedor da nossa relação com a Europa: «mais relevante do que todas estas manifestações da identidade nacional, é o facto de o sentimento nacional ter sido objecto, desde o último quartel do século XIX (...), de activação política recorrente, seja pela oligarquia dominante contra alegados perigos externos ou, simplesmente, como factor de mobilização nacional perante desafios como, por exemplo, aquele a que Portugal vem respondendo perante a integração europeia; (...)» (Villaverde Cabral, 2003: 529). A ideia de Europa pode constituir-se, assim, um “desafio” que pode activar uma ideia de nacionalidade, mas a utilização estratégica do conteúdo simbólico das identidades demonstra como «algo de conteúdo afinal tão imaginário e tão pobre pode, de facto, produzir efeitos tão reais e tão relevantes para uma comunidade cujas diferenças são tanto mais críticas quanto têm de ser dirimidas, obrigatoriamente, no mesmo território com o qual toda essa comunidade se identifica» (*Idem*). Também, como recorda Boaventura Sousa Santos, é o Estado que tem regulado «com discursos e actos simbólicos, a dialéctica da distância e da proximidade, da diferença e da identidade, entre Portugal e a Europa» (Santos, 1993: 51), criando desta forma «um universo imaginário onde Portugal se transforma num país europeu igual aos outros, sendo o seu menor grau de desenvolvimento considerado simples característica transitória que cabe ao Estado gerir» (*Idem*). O papel estratégico das elites na construção identitária não pode, pois, ser esquecido.

Otmar Issing, membro do conselho executivo do Banco Central Europeu, refere que «no que toca à moeda única, os pensamentos saltam de forma ousada os obstáculos que

separam a economia, a política e a cultura» (Issing, 1999). Embora «a maioria dos economistas não pareça particularmente impressionada pelo simbolismo da moeda única como um meio usado deliberadamente para conseguir grandes objectivos e voos políticos (...) ninguém pode negar a extraordinária cedência de soberania que o acto de se juntar à União monetária representa» (*Idem*). Ainda que a ligação entre integração directa entre a união monetária e política seja um dos aspectos mais disputados da União, podemos estabelecer claras ligações entre o Estado e a economia que articulam elementos económicos funcionais com elementos político-institucionais e identitários com vista a uma integração política que só se fará plenamente pelo exercício da cidadania política.

A criação de um mercado único teve sobretudo razões económicas: os seus objectivos foram, entre outros, regular os mercados Europeus, reduzindo os custos das transacções e aumentando a transparência dos preços. Simultaneamente, quer a instabilidade das taxas de câmbio, quer a vantagem competitiva dos produtores dos países com moedas desvalorizadas, representavam uma ameaça tanto à eficácia económica como ao próprio apoio político a um mercado Europeu, pelo que a união monetária foi a resposta ao problema. No centro do projecto Euro estiveram, pois, considerações económicas que se traduziram muito claramente a partir de 1 de Janeiro de 1999, quando os valores relativos das moedas dos onze Estados membros foram fixados. No entanto, a força política da moeda reside nas suas próprias condições de materialização: «se a união monetária era atraente na Europa porque fazia parte de um projecto maior de integração económica, era exequível porque fazia parte de um processo mais vasto de integração política» (Eichengreen, 2002: 4)

A convergência de Maastricht foi implantada por um banco central política e legalmente credível e independente - o Banco Central Europeu -, representando uma instituição de governação transnacional em cujas decisões todos os países tinham alguma participação. A sua legitimidade política reside na ligação às outras instituições europeias, nomeadamente ao Parlamento

Europeu, perante o qual o Banco Central Europeu tem de responder. Foi este mesmo Banco Central Europeu que assumiu responsabilidade por uma política monetária comum que pressupôs a adesão, por parte dos diversos Estados-membros, a uma série de medidas e de acordos pensados para garantir uma convergência, num processo complexo com inúmeras consequências práticas, nomeadamente controlo da inflação e estabilidade de preços.

Simultaneamente, haverá que não esquecer que o espaço europeu é resultado da união de sistemas económicos nacionais com diferentes histórias e que uma das particularidades da União Europeia é o facto de ela se construir como “política de geometria variável” que, à excepção do Mercado Comum, não ocorreu de forma simultânea. A “Eurolândia” é uma amálgama de sistemas económicos nacionais e regionais com diferentes comportamentos económicos em termos de níveis de inflação, de taxas de crescimento e de desemprego. Este é, aliás, o aspecto realçado no processo de adesão ao Euro. Os critérios de convergência para a mesma moeda não foram apenas, as funções tradicionais do dinheiro definidas pela economia (unidade de troca, unidade de conta e reserva de valor), mas os factores que precisamente realçam as diferenças entre países: os correspondentes défices públicos, a dívida pública acumulada relativamente ao produto nacional e a estabilidade de preços. Por isso, foi necessária uma negociação para adesão à nova moeda que procurou atenuar as diferenças nacionais a fim de gerar solidariedade entre os cidadãos dos diferentes países. Não deverá ser esquecido que o Euro é parte de uma convergência económica baseada em regras específicas como o Pacto de Estabilidade e Crescimento que inclui limites específicos como a estabilidade de preços, as finanças públicas ou as margens de flutuação previstas pelo mecanismo de taxas de câmbio. No entanto, argumentamos que, através destes processos, a União Monetária se torna uma plataforma para a união política e que processos económicos e políticos estão inextricavelmente ligados. É por esta razão que a Europa pode ser abordada pela dimensão simbólica dos seus aspectos políticos e económicos. E é em parte

por isto que «as características mais intrigantes do euro parecem ser não-económicas» (Dodd, 2001b: 25)

5. O traço de união simbólico

A centralização da autoridade política, e a consequente eliminação da divisão interna ou dissensão simbólica, é facilitada na medida em que somos (ou deveremos perceber-nos como) cidadãos e membros de uma única unidade social – todos parte da mesma ‘comunidade imaginada’ como lhe chama Benedict Anderson, que realça que os Estados não só são construídos pela força, mas pela lealdade, por um compromisso voluntário para com uma identidade comum (Anderson, 1983).

A distinção crítica entre ‘nós’ e ‘eles’ pode ser exaltada por diferentes símbolos tangíveis: bandeiras, hinos, arquitectura pública, mesmo equipas desportivas nacionais. Entre os elementos mais potentes está a moeda. A partilha de um mesmo dinheiro pode servir para aumentar um sentido de identidade nacional de duas formas: porque é emitida pelo seu governo ou banco central, a moeda corrente actua como uma recordação diária aos cidadãos da sua ligação ao Estado; e porque dado o seu uso universal, a moeda corrente sublinha a pertença a uma mesma entidade social, como acontece maioritariamente com as línguas nacionais. A mesma justificação se aplica à União Europeia: um dinheiro comum poderá ajudar a homogeneizar grupos sociais diversos e frequentemente antagónicos e, por sua vez, esta mesma identidade poderá ajudar a um bom funcionamento da ordem monetária.

Politicamente, uma moeda nacional pode não ser um atributo essencial de soberania do Estado mas, em geral, foi assim considerada, juntamente com o exército e o lançamento de impostos. Atravessar fronteiras nacionais significa, em muitos aspectos, mudar os códigos semânticos incluindo a moeda. O dinheiro está, com efeito, muito associado às “fronteiras” que, nos Estados nacionais, são mantidas não só por elementos territoriais, mas também – e de forma crescente – por distinções simbólicas que indicam identidades nacionais como passaportes, bandeiras e moedas.

No caso da moeda, a sua iconografia demonstra isto mesmo: elas correspondem a narrativas históricas nacionais produzidas e reproduzidas de «formas autorizadas pelo Estado» (Pointon, 1998: 231). Jacques Hymans considera as ligações entre a moeda e a identidade Europeia a partir da sua iconografia como um processo que evoluiu ao longo do tempo, das representações do Estado para representações do indivíduo, e da representação de valores tradicionais para valores pós-materiais, equivalentes a um espírito do tempo (Hyman, 2002).

A concepção do símbolo do Euro invoca uma origem comum: representação da letra grega épsilon, apontando para o berço da civilização europeia e a primeira letra da palavra “Europa”, mas acrescida de um factor político-económico simbólico, as duas linhas paralelas representantes da estabilidade do Euro. Quanto a moedas e notas, o seu desenho corresponde à tentativa de criar signos que se prestem a interpretações múltiplas e que, «em vez de impor uma só visão da Europa, convidem o cidadão-consumidor a desenvolver a sua própria visão» (Hyman, 2004: 21).

A iconografia das faces portuguesas integra elementos tradicionais, fortemente associados ao berço da identidade nacional, a par da simbologia própria da União Europeia. As faces portuguesas têm os selos da autenticação régia, isto é, aqueles que o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, utilizava para autenticar os seus documentos. As moedas de 1 e 2 euros, para além do elemento central, o selo real de 1144, exibem os castelos e escudos de Portugal, rodeados pelas estrelas da Europa, simbolizando o diálogo, a troca de valores e a dinâmica da construção europeia. Nas moedas de 10, 20 e 50 cêntimos, o elemento central do desenho é o selo real de 1142 e as moedas de 1, 2 e 5 cêntimos apresentam o primeiro selo real, de 1134, e a epígrafe “Portugal”.

Os símbolos escolhidos, segundo a memória descritiva das moedas da autoria de Vítor Manuel dos Santos, procuram reflectir uma forte presença da identidade nacional. No entanto, essa identidade é a mais remota possível. Por um lado, remonta-se a um tempo onde, na verdade, como vimos, não começa-

va ainda a existir uma moeda nacional, mas circulava uma espécie de “Euro peninsular”, o Morabitino. Por outro lado, remonta-se ao período de formação do país, isto é, a um “berço” de nacionalidade, nacionalidade essa que levaria ainda muito tempo a construir. Esta é uma memória identitária algo afastada dos elementos identitários com que nos habituámos a pensar Portugal: o país dos actuais territórios, dos factos heróicos, das conquistas, das adversidades dos mares e das descobertas. De algum modo, tal confirma o afastamento da moeda do Estado-nação afirmado nos séculos mais recentes, o Estado conquistador e colonial, virado para África e para o mar, e uma aproximação a novos entendimentos e origens de um país que se pretende agora da Europa e pela Europa.

De uma forma mais geral, o desenho da moeda europeia procurou articular uma identidade colectiva que, não negando as origens nacionais, encontrasse símbolos de pertença colectiva a uma mesma memória arquitectónica (difusa), e sobretudo a um mesmo imaginário de “pontes”, “arcos” e “monumentos” que construíssem a grande “casa europeia” projectada com ideais de futuro e modernidade.

Estes ideais de pertença não são apenas, naturalmente, simbólicos: incluem enraizamentos normativos muito concretos que passam pelo desenvolvimento de direitos e cidadania, pelo desenvolvimento económicos e de redes transnacionais de cooperação.

Como já insistimos, sendo a dimensão simbólica importante, o êxito de uma ideia de Europa não depende apenas da União monetária, mas da sua concretização política, social e cultural e do desenvolvimento de uma modernidade colectiva. No momento exacto de explicitar o que é “uma identidade europeia” parece especialmente relevante o argumento de Habermas de que a identidade Europeia deve desembaraçar-se de uma ideia de Europa como comunidade étnica de um certo imaginário cultural, para desenvolver um *demos* Europeu: uma Europa cívica que traça as suas bases normativas, para além de económicas, passa por estabelecer pré-requisitos como a existência de uma sociedade civil Europeia, de uma esfera pública e de uma cultura política Europeia (Habermas, 2001).

O que também argumentamos com Habermas e contra Habermas, é que a construção do *demos* Europeu tem de se fazer a partir do mundo da vida, da comunicação. Ele também argumenta que o dinheiro (como o poder) é não-comunicativo e é meramente um meio quantitativo. Através do dinheiro não há possibilidade de alcançar uma compreensão comum. No entanto, como tentámos defender, a legitimidade do dinheiro depende dos seus significados partilhados (não apenas económicos mas também culturais e políticos). Assim, pensamos que a dimensão comunicativa não pode ser totalmente ignorada e que o dinheiro pode conter compromisso de valor. É o que procuraremos explorar de seguida.

5. Dinheiro e Comunicação

Na teoria social sistémica o dinheiro é considerado neutro. A sua missão é facilitar a “complexidade do sistema” (Parsons e Smelser, 1956). Da mesma forma, tradicionalmente, a economia atribui ao dinheiro um conjunto de funções: ele funciona como unidade de troca, unidade de conta e reserva de valor. Estas funções, no entanto, são limitadas no momento de procurar uma explicação para a existência do dinheiro, contradizendo de imediato uma concepção da neutralidade do “véu” monetário que caracteriza a teoria económica abstracta (Ingham, 2004). Na verdade, o dinheiro não tem apenas funções: é socialmente produzido, regulado pela convenção e pela confiança, constituindo-se um “facto social”, na medida em que «independentemente da forma que possa assumir, o dinheiro é essencialmente uma “promessa” provisória de pagamento» (Ingham, 2004: 25).

A isso está ligado um conjunto de significações. Por exemplo, como defende James Buchan, na medida em que pode cumprir qualquer objectivo, o dinheiro é “desejo congelado” e o objectivo de vida para muitas pessoas: «o dinheiro só é dinheiro no momento em que incorpora um desejo» (Buchan, 1997: 13). Mas, para além desta dimensão subjectiva, o “facto social” de que fala Ingham traduz-se na sua dimensão comunicativa: o dinheiro comunica valor, não tem em si, valor. Apenas porque é um meio que

possibilita a toda a gente atribuir significados – o de que com ele é possível obter-se o que se deseja – o dinheiro é socialmente aceite como transmissor. Essa capacidade comunicativa, nas suas diferentes formas, tem sido analisada em diferentes linhas sociológicas.

A um nível macro, no entanto, o estabelecimento da moeda Europeia deve, com efeito, ser lido à luz de um processo de modernização. É, pois, fundamental o contributo de Giddens que entende a modernidade como um processo assente em mecanismos de descontextualização (elementos simbólicos como o dinheiro que assume a forma de pura informação) que operam uma «separação das relações sociais dos contextos locais de interacção e a sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo» (Giddens, 1992: 16). A partir do momento em que as relações sociais são dissociadas da co-presença física dos actores implicados, a confiança torna-se essencial. Um dos mecanismos de descontextualização é precisamente o dinheiro, que se desenraíza do mercado, das esferas monetárias reais de acumulação, sendo esse processo fundamental para a actividade económica actual. Por outro lado, as interacções modernas têm por base transacções específicas, das quais a sua grande parte é, precisamente, a troca de determinados bens. Estes tipos de interacções tendem a alienar-nos uns dos outros, sendo o anonimato, marcado por relações de impessoalidade e confiança, uma estratégia para transacções equivalentes.

Georg Simmel, nos anos de 1880, já referia estas novas formas de relação social: «o sentimento de segurança pessoal que a posse do dinheiro confere é talvez a forma mais concentrada e de manifestação da confiança na organização e ordem socio-política. A subjectividade deste processo é, digamos, um poder elevado da subjectividade que cria o valor dos metais preciosos. Este é pressuposto, mas tem um resultado prático nas transacções monetárias que tem uma fé de ambos os lados» (Simmel, 1990: 179). Como resultado de uma crescente abstracção e precisão matemática modernas, traduzidas numa “mente objectiva” que faria alastrar os princípios do cálculo a todas as relações sociais, o capitalismo moderno desenvolver-

se-ia no sentido da diferenciação social e da governação por princípios de mercado. A economia de mercado dissolve a interdependência entre personalidade e relações materiais, produzindo um forte individualismo e anonimato que se desenvolve em duas linhas diferentes. Gera, «por um lado, a nivelação, a igualização, a produção de círculos sociais cada vez mais compreensivos pela ligação das coisas remotas em condições iguais; por outro lado, [conduz à] elaboração das questões mais individuais, independência do sujeito, autonomia do seu desenvolvimento» (Simmel, 1991: 21).

Para Simmel, a significação social do dinheiro assenta sobre o seu valor, o que significa que, para o perceber, é preciso compreender o processo de construção e definição dos valores. É o desejo, não a escassez, o motor principal do valor. O dinheiro é um mero mecanismo, mas um mecanismo que é de desejos e se encaminha para satisfações. Daí, a sua forte carga moral como portador de uma actividade económica que tem consequências sobre o estilo de vida em geral e da vida de cada pessoa em particular. Daí também que o dinheiro não seja essencialmente um valor substancial mas funcional, a expressão prática da essência espiritual do homem: o dinheiro é ideal, pura representação.

Nigel Dodd argumenta, no entanto, que nas nossas sociedades, por causa da diversidade dos significados do dinheiro, este parece cada vez mais difícil de ser teorizado a um nível abstracto: «quanto mais ricamente descrevemos os nossos usos quotidianos do dinheiro, mais multifacetadas, multidimensionais e locais parecem ser as nossas ligações» (Dodd, 2001a: 18). Por isso, faz igualmente sentido considerar o contributo de Viviana Zelizer para quem «todos os dinheiros são na verdade duais: tanto servem os circuitos gerais como os locais (...). Vistas de cima, as transacções económicas ligam a significados simbólicos e a instituições nacionais. Vistas de baixo, no entanto, as transacções económicas são altamente diferenciadas, personalizadas e locais, significativas em relações particulares. Não existe, portanto, contradição entre universalidade e diversidade: são simplesmente dois aspectos diferentes da mesma transac-

ção» (Zelizer *apud* Dodd, 2001: 19). O pensamento de Zelizer relativamente ao dinheiro como um fenómeno multidimensional aponta para o facto de este, além de poder ser usado para trocas instrumentais, não estar livre de constrangimentos sociais. É antes um tipo de moeda criada socialmente, sujeita às redes de relações sociais e detentora dos seus próprios valores e normas. Mesmo quando considerando a necessidade de abstracção do dinheiro, ele deve ser contextualizado em diferentes tempos, lugares e relações sociais. Por isso, «não há um só dinheiro uniforme, generalizado, mas dinheiros múltiplos» (Zelizer, 1999: 87). O dinheiro, nesta perspectiva, é uma linguagem, uma forma de atribuir sentido à sua utilização.

Na nossa compreensão dos aspectos comunicativos da moeda, seguimos as potencialidades do caminho habermasiano da Europa. Na visão de Habermas, o dinheiro, como o poder, “deslinguifica” a vida social, uma vez que o mercado ou o exercício do poder administrativo reduzem as compreensões mútuas e os valores partilhados que têm um papel mínimo. As acções coordenadas pelos *media* simbolicamente generalizados, como o dinheiro, diferem da acção comunicativa na medida em que têm por objectivo a organização da produção e da troca de bens na base do lucro monetário. O dinheiro não tem uma “acção comunicativa” nem pertence ao mundo da vida, porque é um código simplificado. Embora possa apelar a símbolos para transmitir desejos e esperanças, não tem por objectivo final uma compreensão mútua (Habermas, 1984). No entanto, argumentamos que, uma vez que o exercício de cidadania também envolve a integração a partir “de baixo”, do nosso quotidiano, um acontecimento como o lançamento do Euro pode transformar o dinheiro numa parte do

complexo processo de construção de um horizonte comum.

6. Conclusão

A partir do que acima estabelecemos, sugerimos que a moeda poderá pode ser entendida como comunicação, ligada não apenas aos seus aspectos “funcionais” e “abstractos” envolvidos na economia propriamente dita, mas também como ponto de ancoragem das representações nacionais dos cidadãos europeus.

Sociologicamente, como vimos, o estudo do dinheiro centrou-se na sua racionalização e função “abstracta”, ligada ao funcionamento das sociedades e à sua relação com a confiança, o que responde bem a uma “abstracção” identitária como é a União Europeia. O lançamento do Euro, numa perspectiva de integração política, assenta na projecção de que dinheiro internacional apagará também os limites do Estado, fundindo-os num horizonte comum de partilha simbólica europeia. Para isso contribui o próprio desenho das moedas onde se projecta uma imagem sem pátria, através de figuras de pontes que não existem e de estilos arquitectónicos que se substituem a monumentos. A face “nacional” das moedas, no entanto, constitui alguma abertura ao enraizamento local, o que pode ser ligado a uma outra qualidade da moeda que é a sua utilização particular e quotidiana.

A um nível macro, o Euro é parte de uma circulação abstracta como unidade de confiança. A este nível, é parte das rotinas económicas dos estados nacionais, exigindo medidas particulares para a sua implementação. A um nível micro, o Euro é um novo símbolo identitário supra-nacional (europeu), um signo comunicativo, com significados diferenciados e concretos. Através dele, os cidadãos tornam-se parte de uma “comunidade imaginária” que é não só económica, como política.

Bibliografia

Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*. London: Verso.

Aragão, Alberto C. Teixeira de (1964), *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado.

Buchan, James, *Frozen Desire*, Picador: 1997.

Cardoso, José Luís (2004), “A European Currency’ in 1861: the forgotten contribution of Carlos Morato Roma”, *History of Political Economy* vol. 36, no. 2, pp. 273-293.

Delanty, Gerard (1995), *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*. London: Macmillan.

_____ (1998), “Social Theory and European Transformation: Is there a European Society?”, *Sociological Research Online*, vol. 3, no. 1.

_____ (2002), “Models of European Identity: Reconciling Universalism and Particularism”, *Perspectives on European Politics and Society*. 3 (3): 345-59.

_____ (1994), *The Sociology of Money. Economics, Reason & Contemporary Society*. Cambridge: Polity Press.

_____ (2001a), “The Launch of the euro Notes and Coins”, *Economic Sociology*, European Electronic Newsletter, Vol. 3, No. 1, pp. 15-23.

_____ (2001b), “What is “sociological” about the Euro?”, *European Societies*, 3 (1), pp. 23-39.

Eichengreen, Barry (2002), “Lessons of the euro for the Rest of the World”, Austrian Marshall Plan Foundation, Viena.

Eurobarometer, N. 60.1, Out. 2003.

Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.

Gilbert, Emily and **Helleiner**, Eric (eds.) (1999), *Nation-States and Money: The Past, Present and Future of National Currencies*. London: Routledge.

Habermas, Jürgen (1979), “Legitimation Problems in the Modern State”, *Communication and the Evolution of Society*, London: Heinemann.

_____ (1984). *Theory of Communicative Action*, Boston: Beacon Press.

_____ (2000), *The Postnational Constellation*. Cambridge: Polity Press.

_____ (2001), “Why Europe needs a Constitution”, *New Left Review* 11.

Helleiner, Eric (2003), *The Making of National Money: Territorial Currencies in Historical Perspective*. Ithaca: Cornell University Press.

Hugo, Victor, *Actes et paroles*, “Pendant l’Exil’(1855)”, <http://www.senat.fr/evenement/archives/D24/mon.html>.

Hymans, Jacques (2004), “The Colour of Money: Currency and Identity in the Old and the New Europe”, *European Journal of International Relations*, Vol. 10(1): 5–31.

Ingham, Geoffrey (2004), “The Nature of Money”, *Economic Sociology - European Electronic Newsletter*, Vol. 5, No. 2.

Issing, Otmar (1999), “Europe: common money“– political union?”, *FAZ lecture*, 50th anniversary of Frankfurter Allgemeine Zeitung.

Kaelberer, Matthias (2002), “The euro and European Identity: Symbols, Power and the Politics of European Monetary Union”. *Annual Meeting of the American Political Science Association*: Boston.

McCormick, John (2002), *Understanding the European Union*. Rochdal: Palgrave.

Parsons, Talcott e Smelser, Neil (1956), *Economy and Society: A Study in the Integration of Economic and Social Theory*. London: Routledge & Kegan Paul.

Pointon, Marcia (1998), “Money and Nationalism,” in Geoffrey Cubitt (ed), *Imagining Nations*. Manchester: Manchester University Press, pp. 229-254.

Risse, Thomas (1999), “To euro or Not to euro: the EMU and Identity Politics in the European Union”, *European Journal of International Relations*, Vol. 5(2): 147-187.

_____ (2002), “The euro and Identity Politics in Europe” *The Year of the euro*, Nanovic Institute for European Studies.

_____ (2003), “An Emerging European Identity? What We Know, And How To Make Sense Of It”, Universidade de Helsinquia, 25 Abril, 2003.

Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O estado, as relações salariais e o bem-estar

social na semiperiferia: o caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 17- 56.

Schlesinger, Peter, (1997), “Wishful thinking: cultural politics, media, and collective identities in Europe” in Srebeny-Mohammadi et. al, (eds), *Media in Global context, a Reader*, London: Arnold, pp. 67-77.

Simmel, Georg (1990), *The Philosophy of Money*. (ed. Favid Frisby), London: Routledge.

_____ (1991), “Money in Modern Culture”, *Theory, Culture & Society* 8 (3):17-31.

Smith, Antony D., (1992), “National Identity and the idea of European Unity”, *International Affairs* 68 (1): 55-76.

Tietmeyer, Hans (2003), “From the Werner Report to the euro”, Pierre Werner Lecture, Luxemburgo, www.bcl.lu/html/fr/

[pierre_werner_lecture / pierre_werner_lecture.html](http://pierre_werner_lecture/pierre_werner_lecture.html).

Valério, Nuno (1991), “Periodização da história monetária de Portugal”, *Estudos de Economia*, Vol. XII, Nº 1, Oct. – Dec.

_____ (2001), *O escudo: a unidade monetária portuguesa 1911-2001*, Lisboa: Banco de Portugal.

Villaverde Cabral, Manuel (2003), “Conteúdo e relevância da identidade nacional portuguesa”, *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 46, N. 3, pp. 513-533.

Zelizer, Viviana A. (1994), *The Social Meaning of Money*. New York: Free Press.

¹ Instituto de Estudos Jornalísticos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O presente texto foi desenvolvido como parte do projecto de investigação “O Euro e a Construção da Identidade Europeia” financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia.